



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

POLISSEMIA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL¹

Michelle Jaber²

Michèle Sato³

RESUMO: Este artigo apresenta os primeiros resultados da pesquisa “Mapeamento dos conflitos ambientais do Estado de Mato Grosso” que tem como objetivo perscrutar os conflitos que se estabelecem neste território. O atual modelo de desenvolvimento adotado, favorecendo a expansão econômica em detrimento das questões ecológicas, tem provocado enormes embates na arena socioambiental resultando na emergência de uma miríade de conflitos ambientais, tornando assim, uma pauta importante nas questões relacionadas ao meio ambiente. Inscritos na Educação Ambiental transformadora, buscamos a valorização da democracia na explicitação dos conflitos ambientais, por meio do reconhecimento de que eles existem, é nosso compromisso desvelar as práticas de exclusão e injustiças ambientais. São processos de exclusão e apropriação desigual que geram embates e lutas de diferentes tipos, que estão expressos nas denúncias dos desmatamentos ilegais, das queimadas, dos impactos nas águas e, essencialmente, na disputa por território. Precisamos de reflexões e atitudes que apontem para mudanças do caráter econômico tão valorizado, numa ruptura que nos possibilite uma nova relação entre natureza e sociedade.

Palavras-chave: Conflitos ambientais. Educação ambiental. Território

ABSTRACT: This article presents the first results of the research “Mapping of the environmental conflicts of the State of Mato Grosso” that aims at investigating the conflicts that are established in this territory. The current model of development adopted, favoring the economic expansion at the expense of ecological issues, has caused huge debates in the socio-environmental arena resulting in the emergence of a myriad of environmental conflicts thus creating an important agenda on issues related to the environment. Inserted in the Transforming Environmental Education we seek the valorization of democracy in the explanation of environmental conflicts by recognizing that they exist, it is our commitment to unveil the practices of environmental exclusion and injustices. The processes of exclusion and unequal appropriation are responsible for the generation of different kinds of debates and struggles which are expressed in the denouncements of illegal deforestation, forest fires,

¹ Fonte de Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais (PPG-ERN) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). CEP: 13565-905 – São Carlos – São Paulo – Brasil. michellejaber@gmail.com;

³ Doutora em Ciências com pós-doutorado em Educação. Docente-convitada do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais (PPG-ERN) da Universidade Federal de São Carlos e Docente da Universidade Federal de Mato Grosso. CEP: 78060-000 – Cuiabá – Mato Grosso – Brasil. michelesato@gmail.com e www.ufmt.br/gpea.

impacts on water and mainly in the dispute for territory. Ideas and attitudes are needed that will point to highly valued economic changes, in a rupture that will give us a new relationship between nature and society.

Key-words: Environmental conflicts. Environmental education. Territory

INTRODUÇÃO

O atual modelo de desenvolvimento adotado, favorecendo a expansão econômica em detrimento das questões ecológicas, tem provocado graves situações de conflitos ambientais. Concomitante ao crescimento da economia assistimos o progresso da destruição dos biomas, da concentração de renda, da desigualdade social, das injustiças ambientais e das violências no campo. Com isso, mais resíduos gerados, mais sistemas naturais comprometidos, mais genocídios, tornando assim, o “conflito ambiental” uma pauta importante e incessante nas questões relacionadas ao meio ambiente.

Para o sociólogo Henri Acserald (2004, p.26) um conflito ambiental é gerado por diferentes grupos sociais, “com modo diferenciado de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio ameaçada por impactos indesejáveis”.

Little (2006, p.91) propõe uma definição de conflito ambiental com base nos princípios da ecologia política caracterizando-o como um “conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico”. De acordo com este autor, os conflitos podem ter várias dimensões e características, podendo ser provocados pelo controle sobre determinados bens naturais (hídricos, ictiológicos, florestais, etc.). Em outros casos, podem emergir em função dos impactos socioambientais gerados pela ação humana, tais como desmatamento, queimadas, contaminação dos rios e do ar ou construção de grandes empreendimentos. Podem ocorrer também em torno de valores e alterações de modos de vida, indo além dos embates políticos e econômicos incorporando elementos cosmológicos, rituais, éticos e identitários.

O economista ecológico Martinez-Alier (2007, p.208), alia a ecologia política aos estudos dos conflitos ecológicos distributivos de vários locais do mundo, analisando as relações entre as desigualdades de poder e a degradação do meio ambiente. Para o autor, “os conflitos nascem da contradição entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental”.

Os conflitos ambientais existem e chocam-se paulatinamente no cotidiano das populações economicamente desfavorecidas. Acirradas pela era das incertezas, as forças

antagônicas sobrepujam as lutas, dilacerando as identidades e os territórios pelo poder capital. Entram em choque valores e sentidos diferentes dados ao território, pois os hábitos, o modo de pensar, agir e sentir se diferenciam entre os habitantes. Afinal, o território não representa apenas um espaço físico, um pedaço de terra, vai além, é um espaço social e cultural constituído na convivência e na tensão entre diferentes modos de vida. De acordo com Fernandes (2005, p. 30), o território é espaço de liberdade e resistência, “a transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios”.

Os espaços de conflitos ocorrem também nos aspectos ecológicos, especialmente nos ecótonos, que são caracterizados por Odum (1972, p.78) como "transição entre duas ou mais comunidades diferentes é uma zona de união ou um cinturão de tensão que poderá ter extensão linear considerável". Em outras palavras é uma zona de transição entre dois biomas diferentes com mistura relativa de espécies circundantes.

De acordo com Sato et al. (2004, p.342) a própria palavra, ecótono, já evidencia o conflito, podendo ser chamado também de “**casa da tensão**”, pois possui o prefixo grego *oikos* (casa) e o sufixo *tónos* (tensão). Do ponto de vista ecológico esta tensão é muito interessante, “embora o ecótono seja uma zona conflitante, com desarmonias, é onde a biodiversidade é mais rica e tem alto potencial ecológico, pois contêm, em um mesmo espaço, elementos de um ecossistema misturado com o outro”.

Da mesma maneira que se pensou que havia equilíbrio na natureza e as ações humanas eram orientadas à harmonia, a revolução do caos revelou desarranjos e tensões que, do ponto de vista da ciência moderna, oferecia mais dados de investigação. A constatação do desequilíbrio escapou das mãos das chamadas “ciências normais”, abrangendo as demais áreas do conhecimento na tensividade entre os diferentes. Legado das ciências modernas, que percebe a ciência como solucionista de problemas, o estudo sobre os conflitos ambientais ainda é um campo renegado, desde que remete aos desarranjos internos e externos de resolução de problemas que se tornam desafiadores, seja do ponto de vista ambiental e essencialmente, na arena que se discute o tecido social da existência humana.

Sustentamos a tese de que se as comunidades percebem o que causam os conflitos ambientais, bem como compreendê-los no contraponto dos elementos favoráveis e

desfavoráveis, a luta possibilita a urdidura de táticas para o gerenciamento dos territórios, mediados pelos fluxos identitários que caracterizam os inúmeros grupos sociais.

Desta forma, neste trabalho tecemos algumas reflexões sobre os conflitos ambientais que tem sorrateiramente degradado o ambiente natural e social do território mato-grossense. Localizado no centro-oeste brasileiro, Mato Grosso (MT) configura-se como um Estado rico tanto nos aspectos ecológicos quanto culturais. Possui três grandes e importantes ecossistemas: Pantanal, Cerrado e Amazônia, habitados por mais de 40 etnias indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares, ruralistas, ciganos, seringueiros, pescadores, ribeirinhos, retireiros, dentre outros grupos. Todavia, o cuidado ambiental é desproporcional a este privilégio.

A maneira como situamos no mundo e percebemos as forças favoráveis e antagônicas revela que enfrentamos inúmeras injustiças ambientais, compreendidas como forças do poder que afetam as classes economicamente desfavorecidas e, portanto, mais vulneráveis do ponto de vista socioambiental. Por justiça ambiental, entendemos conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004).

Inscritos na Educação Ambiental transformadora, “caracterizada pela politização e publicização das questões ambientais, entendidas como inerentemente sociais e históricas” (LOUREIRO, 2004, p.03). Neste artigo, temos objetivo de perscrutar os conflitos ambientais que se estabelecem nos territórios mato-grossenses. Reconhecendo que eles existem é nosso compromisso desvelar as práticas de exclusão e injustiças ambientais.

METODOLOGIA

Esta pesquisa inserida no Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) está inscrita em um projeto maior denominado Mapeamento Social do Estado de Mato Grosso, com objetivo de revelar as múltiplas identidades presentes em nosso território. Somando ao mapeamento das identidades compõe o quadro de objetivos desse amplo projeto mapear os conflitos ambientais existentes em MT.

Inicialmente, este projeto promoveu em Cuiabá o I Seminário de Mobilização e Mapeamento Social, de 24 a 26 de outubro de 2008, contando com uma ampla participação de

diversos grupos sociais mato-grossense. Neste seminário foi dado início ao processo de Mapeamento Social do Estado de Mato Grosso, contando com a presença de comunidades tradicionais, quilombolas, povos indígenas, extrativistas, pescadores artesanais, retireiros, pantaneiros, morroquianos e tantos outros, somando 65 grupos sociais presentes.

Na primeira etapa desse projeto, para mapear as identidades, territórios e conflitos ambientais mato-grossense, foi realizada uma entrevista minuciosa com os presentes. O roteiro dessa entrevista foi cuidadosamente elaborado e amplamente discutido no GPEA. Em dinâmicas de grupo, iniciando pelo sujeito e seus sonhos, o roteiro de entrevistas caminhou na arguição do cotidiano acerca dos hábitos alimentares, cuidados nas casas pessoais, espiritualidade, estudos, trabalhos, grupo social e desejos pessoais até a uma construção social mais coletiva, sobre o local de morada e principais dificuldades enfrentadas.

Balizados pelo roteiro de entrevista, uma das questões solicitava aos participantes que descrevessem os principais conflitos ambientais existentes no local onde moram. Neste momento, foi esclarecido que apontassem os conflitos de caráter coletivo e que os problemas ambientais ou impactos ambientais relatados estivessem efetivamente relacionados a um conflito ambiental. Além disso, com mapas de cada região de MT dispostos nas paredes os participantes tiveram a oportunidade de identificar geograficamente os locais onde habitam, os problemas ambientais existentes, as molas propulsoras dos conflitos, os principais sujeitos envolvidos e os casos de ameaças de morte. Nas entrevistas e identificação nos mapas impressos os participantes apresentaram os conflitos ambientais e desvelaram sem constrangimentos a truculência e espoliação que marcam seus territórios e seus modos de vida. As denúncias das violências físicas e moral acompanhavam a cada um deles.

A perspectiva metodológica que orienta este trabalho é a pesquisa participante, escolhida por buscar uma aliança entre pesquisas acadêmicas e movimentos populares. De acordo com Brandão (2005, p.260), “a pesquisa participante deve partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações”. O autor afirma que nessa metodologia a relação do sujeito-objeto entre investigador e os grupos sociais deve ser progressivamente convertida em uma relação sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber.

A segunda etapa está em andamento, onde será promovido um II encontro com as lideranças ambientais para retroalimentação do mapa de conflitos ambientais. Além disso, futuramente promoveremos uma investigação *in loco* em algumas comunidades, como: Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, Povo Indígena Bakairi, pantaneiros de São Pedro de Joselândia e Morroquianos de Cáceres para um aprofundamento dos conflitos. Essas comunidades foram escolhidas por apontarem uma miríade de conflitos em seus territórios.

A compreensão da existência de conflitos demarca a necessidade de conhecer as forças opressoras para melhor compreendê-las e estabelecer as táticas de superação. São etapas importantes que conduzem a formulação de políticas públicas adequadas, desde que as situações singulares demandam o re-conhecimento de cada biorregião.

MOSAICO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS MATO-GROSSEENSES

Extrativistas, quilombolas, ribeirinhos, ecologistas, indígenas, retireiros, morroquianos, pequenos agricultores familiares, pescadores artesanais, ciganos, movimento dos sem-terra, coletivos jovens, dentre outros grupos protagonistas de uma realidade de inseguranças, lutas e também de conquistas, desenharam em três dias um mapa dos principais conflitos ambientais de MT. Com os resultados das entrevistas e consultas a outras fontes bibliográficas foi possível identificar 104 casos de conflitos ambientais. Além disso, a multiculturalidade presente nos possibilitou desenhar um prognóstico das identidades mato-grossenses, onde identificamos inicialmente 42 grupos sociais e 42 etnias indígenas (SATO et al, 2008).

Esse primeiro diagnóstico é um instrumento para a reflexão e ação dos sujeitos envolvidos com o processo de democratização do meio ambiente, indicando condições ambientais e sociais concretas em que se deveriam desenrolar as medidas propositivas à justiça ambiental em MT.

Os dados obtidos foram sistematizados pelas atividades que causam o conflito, por exemplo: desmatamento, geração de energia, queimadas, disputa por território, monocultura, criação de unidades de conservação, dentre outras. De acordo com as respostas dos entrevistados, apresentados graficamente na figura 01, podemos afirmar que as disputas por territórios (42%), provocadas por uma questão fundiária mal resolvida, é a principal mola propulsora dos conflitos ambientais em MT. Afinal, os direitos de posse de terra concentram-

se nas mãos de uma minoria, não por direito constituído, mas por uma questão econômica, em que o mercado determina quem se estabelece ou não em determinado território.

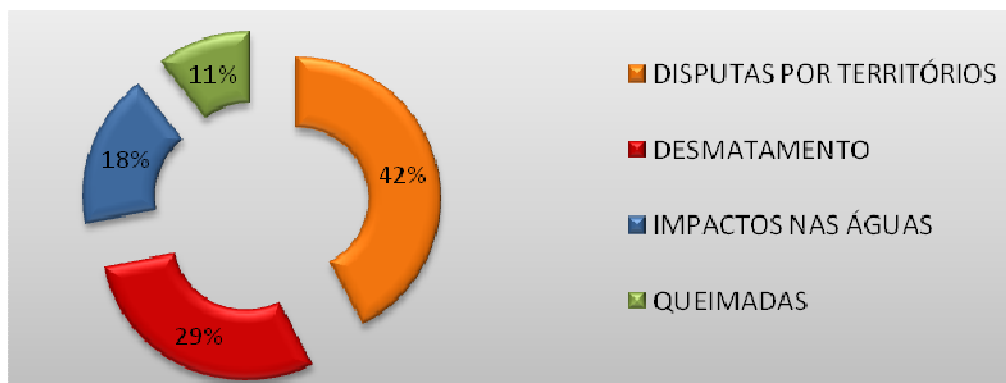


Figura 01 – Principais atividades que causam os conflitos ambientais em Mato Grosso.

Os conflitos ambientais apresentados pelos grupos referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais, especialmente entre os grandes produtores rurais, em função da dominação territorial e dos distintos modos de relacionamento com o ambiente. Posteriormente, na escala de conflitos os desmatamentos, as queimadas, a pesca predatória e a instalação de empreendimentos, principalmente Pequenas Centrais Hidrelétricas vem provocando descaracterização cultural e ecológica em MT.

Para uma compreensão mais aprofundada dos principais conflitos ambientais apontados, é necessária uma investigação à conjuntura política e ao contexto sócio-histórico que conduziram ao desencadeamento desses conflitos. A forma de apropriação dos territórios em MT é uma temática fundamental para essa compreensão. No Brasil, a partir de 1930, uma série de movimentos migratórios, acompanhados por pesados investimentos em infraestrutura se espalharam por todo o território nacional. A construção das primeiras grandes estradas amazônicas – Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém – e muitas obras de infraestrutura nos anos 60 e 70, tiveram a função de dar acesso as regiões norte e centro-oeste para novas frentes de ocupação: colonos, garimpeiros, fazendeiros, comerciantes e grandes empresas procedentes de outras regiões do Brasil (LITTLE, 2002).

Nessas décadas, deu-se início a ocupação da nova fronteira agropecuária do Estado. O discurso nacionalista “Integrar para não entregar”, e a promessa de “terra sem homens para homens sem terra” representaram um novo modelo de ocupação na Amazônia, com o objetivo central de criar novos pólos de desenvolvimento com grandes projetos madeireiros,

mineradores, hidrelétricos e agropecuários, estabelecidos de forma desordenada e descomprometida social e ambientalmente.

Com esse processo de ocupação sob a égide desenvolvimentista pós-golpe militar de 1964, especialmente das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, iniciou-se um intenso processo de conversão da Floresta Amazônica e do Cerrado em sistemas agro-pastoris. Na década de 90, outros programas governamentais como o “Avança Brasil” também influenciaram a ocupação, que novamente incentivou a instalação de pequenas e grandes centrais hidrelétricas e abertura de estradas para escoamento da produção.

Um dado importante a se destacar é que o resultado dessas políticas econômicas favoreceu a formação de uma grande fronteira pioneira de ocupação, com área total superior a 200 milhões de hectares em apenas quarenta anos e hoje, essa região é conhecida como o Arco do desmatamento, envolvendo mais de cem municípios. Este arco destaca-se a cada ano pelos números recordes de derrubadas da Floresta Amazônica.

O contraste entre a ocupação dos povos que habitavam o Estado frente à forma de ocupação “dos de fora” é aterrador, reflexos de uma dominação colonial, que alimenta e reproduz desigualdades, numa “lógica dos capitais” oposta à “lógica dos povos” (SOUZA-FILHO, 2003).

Seguindo a lógica do pensamento capitalista, a ocupação dos territórios matogrossense reforça a desigualdade social e ambiental, em que os grandes produtores e empresários são sempre beneficiados pelas ações de governo. Para Pierre Bourdieu (1997, p. 164), “a capacidade de dominar o espaço, sobretudo, apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui”. Segundo o autor, o capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo aproxima-se de pessoas e coisas desejáveis. Inversamente, os que não possuem capital são mantidos a distância, seja física ou simbolicamente dos bens socialmente mais raros.

Ocupando 42% das principais causas dos conflitos ambientais, a disputa por territórios torna-se questão central nessa reflexão, pois permeia todas as demais. A falta de demarcação de terras dos povos indígenas, quilombolas, retireiros, seringueiros, extrativistas, dentre outros, “perpetua o cenário de desigualdades e de conflito, e evidenciam o caráter arbitrário dos sentidos hegemônicos que são atribuídos ao território” (ZHOURI, 2008). A

omissão do Estado em efetivar políticas públicas específicas a esses grupos reforçam a situação conflitante, gerando violência, ameaças e constantes injustiças ambientais.

Nessa lógica perversa de ocupação de territórios, vários exemplos são citados/denunciados pelos participantes durante as entrevistas, como o caso da Terra Indígena (TI) Kaiabi, que disputa seu território com a mineradora internacional Obrascan e a Comunidade Quilombola Bela Cor, onde fazendeiros/latifundiários invadiram áreas dentro do quilombo já reconhecido pela Fundação Palmares.

Em relação aos povos indígenas, são adotadas políticas de proteção que consistem em criar refúgios afastados para estes povos, muitas vezes, desconsiderando seus territórios de origem e instalando-os em um pequeno e insuficiente território (SOUZA-FILHO, 2003). Não difere a luta de muitas comunidades quilombolas pelo reconhecimento de suas terras, que há anos demandam junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a titulação de seus territórios, nesta espera, vivem em áreas reduzidas e conflituosas, ameaçados por fazendeiros ou grupos diversos interessados em suas terras.

A Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, localizada no município de Nossa Senhora do Livramento em MT, onde o conflito pela posse da terra se estende por mais de 100 anos é um grande exemplo dessa situação. O quilombo é palco de inúmeros conflitos pela apropriação do território e sua história é marcada por disputas e despejos.

Os Retireiros do Araguaia, outro grupo social fortemente atingido, são habitantes de uma grande área úmida situada na região nordeste de MT. Esse grupo faz uso coletivo do seu território em atividade relacionada ao gado na dinâmica das águas do Araguaia, retirando o gado das porções alagadas durante as enchentes e levando para se alimentarem em outros locais. Contudo, essa dinâmica tem sido alterada, pois vários fazendeiros estão ocupando o território e proibindo-os de entrar. Os retireiros denunciam que há uma infinidade de rios e lagos secando, outros se tornando intermitentes, os regimes de cheia e vazantes dos rios e lagos estão sendo completamente alterados, com variações cada vez mais extremadas, devido às atividades econômicas de pecuária extensiva desenvolvidas.

Outra questão relevante contando com 24% no cenário das causas dos conflitos ambientais em MT é o desmatamento. Os habitantes das Terras Indígenas Pareci, Ponte de Pedra, Apiaká/Kaiabi, Panará, Erikbatsa, Maraiwatsede e outras etnias que vivem no Parque Nacional do Xingu denunciam as dificuldades em proteger seus territórios e o entorno contra

o desmatamento ilegal que adentra sorrateiramente. Enfrenta o mesmo problema os moradores dos Projetos de Assentamentos Nova Esperança, Filinto Muller, Nova Maringá, Antonio Conselheiro que relatam os obstáculos para sobrevivência e os constantes confrontos com fazendeiros.

O Estado de MT apresenta a cada ano números alarmante de áreas desmatadas, um dos recordes foi batido no ano de 2004. Segundo Azevedo & Saito (2007) esse aumento foi, em grande medida, explicado pelos aumentos no preço da soja e em outros fatores econômicos associados. Sobretudo, o ambiente político no Estado pode ter contribuído para essa euforia, haja vista, o projeto produtivista almejado pelo recém empossado governador (o maior produtor de soja individual do mundo).

A pressão por novas áreas de floresta no norte e noroeste de MT, tende a aumentar à medida que as áreas disponíveis de cerrado já chegam ao limite. As causas do desmatamento são diversas, perpassam desde incentivos fiscais e políticas de colonização no passado, recorrentes conflitos motivados pela ausência de titularidade da terra e pela pressão da reforma agrária, até o recente cenário econômico, envolvendo o avanço da exploração madeireira, da pecuária e do agronegócio.

Essas grandes mudanças na cobertura florestal têm importantes implicações quanto à perda de biodiversidade e emissão de gases que contribuem para o aquecimento global. As emissões de gases de efeito estufa (GEE) oriundas do desmatamento e das queimadas representam 2/3 das emissões brasileiras de gás carbônico, aproximadamente 200 milhões de toneladas/ano. Essa condição situa o Brasil entre os dez países que mais emitem GEE no mundo (NEPSTAD et al, 2005).

As queimadas são consideradas também propulsoras dos conflitos ambientais. Vários grupos sociais como: retireiros do Araguaia, seringueiros, assentados e também diversas etnias do Parque Nacional do Xingu e das Terras Indígenas Apiaka/Kayabi, Kwariva do Rio Pardo, Paresi do Rio Formoso, Figueiras e Estivadinho relatam situações de injustiças ambientais provocadas pelas queimadas.

Normalmente ligada à dinâmica do desmatamento, as queimadas são muitas vezes intencionais e provocadas pelos agropecuaristas. São usualmente promovidas no final da estação seca, quando as lavouras são mais fáceis de queimar e as florestas estão mais vulneráveis. As queimadas intencionais muitas vezes escapam do controle e queimam o que

não era desejado (NEPSTAD et al., 1999). Vários fatores colaboram para essa dinâmica destruidora: a migração de madeireiras para as áreas de fronteira, a valorização da pecuária e a expansão do agronegócio - tendo a soja como seu principal produto - formando um ciclo vicioso de degradação.

Os impactos causados nas águas somam ao cenário de causas de conflitos apontados pelos sujeitos desta pesquisa. Poluição hídrica causada pelos agrotóxicos, esgotos sanitários e industriais, o turismo desordenado, além das atividades de pesca predatória. Contudo, a maior preocupação encontra-se na geração de energia, provocado pela grande quantidade de PCH e usinas hidrelétricas (UHE) que estão em processo de construção em MT.

A disputa pela apropriação e controle da água vem se acentuando nos últimos anos em MT, engrossando a cada dia mais o movimento dos atingidos por barragens (MAB). A construção da usina hidrelétrica de Manso é um exemplo dessas injustiças, dezoito comunidades foram atingidas diretamente, totalizando 1.065 famílias, mas somente 422 foram reconhecidas pela empresa impactante (LEROY, 2005). Estas famílias alijadas dos seus territórios perderam seus modos de vida construídos há séculos.

Muitos grupos sociais, especialmente indígenas das etnias Bakairi, Manoki, Paresi, Erikbatsa, Enawenê Nawê e Xavante destacam os conflitos vividos em disputa pelo elemento água. Principalmente no que tange a construção das PCH nos rios que cortam seus territórios. No rio Juruena, localizado no noroeste de MT, em territórios das etnias indígenas Erikbatsa e Enawenê Nawê, mais de setenta PCH estão previstas para construção, este fato vem acirrando o conflito com a empresa Maggi Energia, que apresentou interesse em instalar PCH e UHE na região.

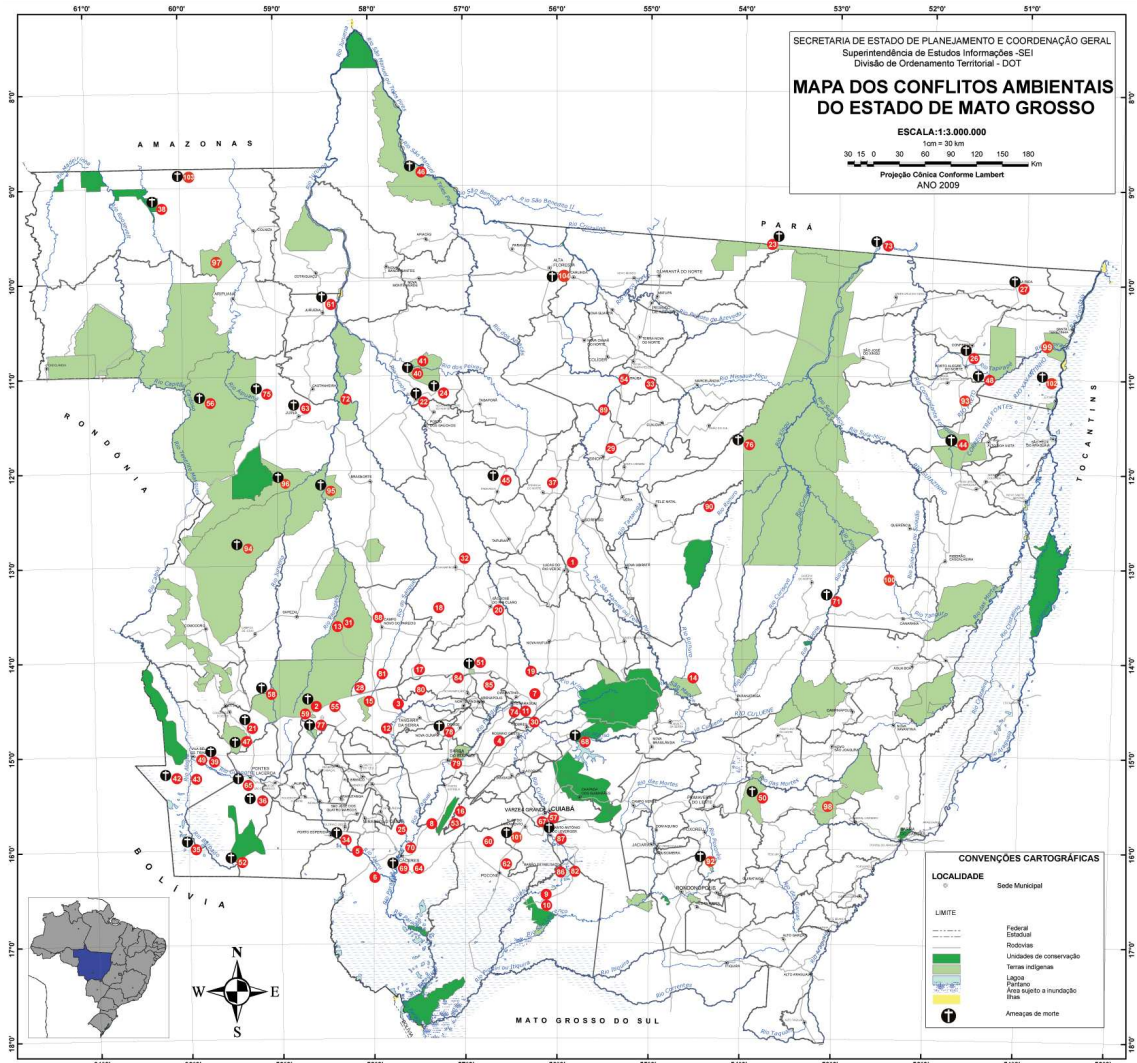
O grande complexo de águas mato-grossenses congrega três regiões hidrográficas brasileiras, embora com abundância de água, em muitas localidades de MT ela não está disponível para toda a população. Existem diversos assentamentos de pequenos produtores e outras pequenas comunidades que convivem com sérios problemas de disponibilidade de água potável. A água existe, mas não está distribuída de forma equitativa. Seus impactos atingem diferentes segmentos e classes sociais provocando situações de injustiças ambientais.

O Estado de MT acumula outros títulos, como o maior índice nacional de violência no campo. Com isso, não perdemos somente a diversidade biológica, como também as diferentes culturas e as múltiplas formas de convívio com o ambiente. Afinal, “se o habitat

contribui para fazer o hábito, o hábito contribui também para fazer o habitat, através dos costumes sociais mais ou menos adequados que ele estimula fazer” (BOURDIEU, 1997, p.165).

Como fruto do processo de identificação e compreensão dos conflitos ambientais mato-grossenses elaboramos um mapa a partir das informações apresentadas pelos participantes do I Seminário (figura 02). De acordo com as informações, os conflitos ambientais foram inseridos no mapa de MT possibilitando a espacialização e visualização da concentração dos conflitos neste território.

Este primeiro desenho foi construído com a colaboração do GPEA, Grupo de Trabalho de Mobilização Social, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e posteriormente lapidado e apropriado pela Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso (SEPLAN/MT). A proposta é que este mapa dê visibilidade aos conflitos ambientais encarados pelos diversos grupos sociais, contribuindo para a articulação de organizações, entidades, movimentos sociais na luta em defesa dos seus territórios. Neste momento, nosso intuito é demonstrar a gravidade dos conflitos ambientais estabelecidos neste Estado. Destacamos que serão realizados estudos e pesquisas empíricas para maior aprofundamento e detalhamento das situações apontadas.



LEGENDA – CONFLITOS AMBIENTAIS		
1 - Agricultura mecanizada, desmatamento ilegal, poluição por agrotóxicos	36 - Disputa por território (chiquitanos x fazendeiros); tráfico de drogas	71 - Instalação de hidrelétricas PCH Paranatinga II em local sagrado da primeira cerimônia Kuarup. Conflito entre os Xavante e outras etnias x Paranatinga Energia S.A
2 - Agricultura mecanizada, desmatamento ilegal, disputa por território	37 - Disputa por território (conflito entre fazendeiros x assentados)	72 - Instalação do complexo hidrelétrico do Jurueña, desmatamento ilegal, conflitos entre etnia Erikpatsa x empresários
3 - Assoreamento de rio	38 - Disputa por território (conflitos entre fazendeiros/madeiros x seringueiros), desmatamento ilegal, queimadas, invasão de Unidade de Conservação	73 - Instalação hidrelétrica Belo Monte
4 - Assoreamento de rios e ocupação de matas ciliares por fazendeiros	39 - Disputa por território (fazendeiros x quilombolas)	74 - Invasão das áreas das nascentes do Rio Paraguai
5 - Assoreamento do rio, falta d'água	40 - Disputa por território (indígenas x fazendeiros), desmatamento ilegal, queimadas	75 - Invasão de terra indígenas, conflito entre fazendeiros x indígenas, garimpos ilegais
6 - Assoreamento do rio, falta d'água, desmatamento ilegal	41 - Disputa por território (indígenas x fazendeiros), desmatamento ilegal, queimadas	76 - Invasão de T.I., desmatamento ilegal, disputa por território (indígenas x madeiros x fazendeiros x grileiros), pesca predatória, uso abusivo de agrotóxicos,
7 - Conflito entre assentados x fazendeiros. Pressão de fazendeiros para plantação de soja no assentamento	42 - Disputa por território (quilombolas x fazendeiros)	77 - Invasão de TI, desmatamento ilegal e Tráfico de drogas
8 - Conflito entre comunidade e Unidade de Conservação	43 - Disputa por território (quilombolas x fazendeiros)	78 - Monocultura da cana, trabalho escravo, poluição da usinas de álcool e açúcar
9 - Conflito entre comunidades biorregionais e unidade de conservação (RPPN/SESC)	44 - Disputa por território, desmatamento ilegal, uso de veneno, conflitos entre indígenas Xavante x grileiros	79 - Monocultura da cana, trabalho escravo, poluição da usinas de álcool e açúcar
10 - Conflito entre comunidades biorregionais e unidade de conservação (RPPN/SESC)	45 - Disputa por território, assassinatos e ameaças de morte	80 - Monocultura de cana de açúcar, indicações de trabalho escravo
11 - Conflito entre MAB e governo	46 - Disputa por território, desmatamento e garimpo ilegal, pesca predatória, conflito entre indígenas x madeiros x grileiros x pecuaristas	81 - Monocultura de soja, uso excessivo de agrotóxicos
12 - Construção da PCH Juba IV	47 - Disputa por território, instalação de hidrelétricas, desmatamento ilegal, tráfico de drogas. Conflitos entre índios x fazendeiros, grileiros, garimpeiros.	82 - Ocupação e construção em áreas de preservação permanente
13 - Construção de estrada ilegal, desmatamento e queimadas ilegais, agricultura mecanizada	48 - Disputa por território, invasão de TI, ameaças de morte, desmatamento e queimada ilegal, conflito entre indígenas x grileiros	83 - Pesca predatória, desmatamento ilegal na Terra Indígena

14 - Construção de hidrelétricas, poluição dos rios, arrendamento, desmatamento ilegal, queimadas	49 - Disputa por territórios - Quilombolas expulsos da terra na década de 1970	84 - Pesca predatória, pecuária e desmatamento ilegal
15 - Construção de hidrelétricas, desmatamento ilegal, pecuária, agricultura mecanizada	50 - Disputa por territórios (conflito entre xavantes/bororo x fazendeiros), queimadas, desmatamento ilegal, assassinato de liderança	85 - Queimadas, desmatamento ilegal, falta de reflorestamento e assoreamento de rios
16 - Conflito com fazendeiros	51 - Disputa por territórios, assassinato (Valmireide), invasão de TI, desmatamento ilegal, pesca predatória	86 - Turismo predatório
17 - Degradação ambiental - estrada Deciolândia	52 - Disputa por territórios, conflito entre chiquitanos x fazendeiros, Falta de demarcação de terra indígena	87 - Turismo predatório, conflito entre pescadores profissionais x turistas
18 - Degradação ambiental de área sagrada para povo Paresi, degradação do Córrego de Pau, pressão de fazendeiros, instalação de usina hidrelétrica	53 - Disputa por territórios, desmatamento ilegal, queimadas	88 - Usinas de álcool, soja e cana de açúcar
19 - Desmatamento e carvoaria na área de reserva ambiental, pressão de fazendeiros para invadir o Chapadão	54 - Disputa por territórios, impactos do asfaltamento da BR 163	89 - Uso indiscriminado de agrotóxicos provocando envenenamento de rio Teles Pires, assoreamento do rio Teles Pires, desmatamento ilegal
20 - Desmatamento ilegal (propriedades e madeiras com passivo ambiental)	55 - Disputa por territórios, desmatamento ilegal	90 - Uso indiscriminado de agrotóxicos provocando envenenamento de rios que abastecem o Xingu
21 - Desmatamento ilegal e extração de minérios	56 - Disputa por territórios, garimpos ilegais, Chacinas de indígenas, desmatamento ilegal (conflito entre cinta-larga x fazendeiros x garimpeiros)	91 - Violência, lixo e canalização de rios
22 - Desmatamento ilegal no entorno da Terra Indígena, ameaças de morte, trabalhos escravo (rural e frigorífico), conflito entre PF x madeireiros x Ibama x peq. agricultor	57 - Extração ilegal de minérios	92 - Disputa por território, assassinato de lideranças, conflito entre povo Bororo x grileiros
23 - Desmatamento ilegal, pesca predatória	58 - Extração ilegal de minérios	93 - Disputa por território (povo Kanela x posseiros)
24 - Desmatamento ilegal, trabalho escravo (rural e frigorífico), conflito entre PF x madeireiros x Ibama x pequeno agricultor	59 - Extração ilegal de minérios	94 - Desmatamento ilegal, disputa por território (indígenas Nambikwara x posseiros)
25 - Desmatamento ilegal, assoreamento e pesca predatória	60 - Extração ilegal de minérios	95 - Instalação do complexo de PCH no Rio Juruena, território reduzido (conflito entre povo Miky x invasores)
26 - Desmatamento ilegal, disputa por território, conflito entre posseiros x fazendeiros	61 - Extração ilegal de minérios	96 - Instalação do complexo de PCH no Rio Juruena, conflito entre povo Enawene Nawe x empresários, desmatamento ilegal, disputa por território
27 - Desmatamento ilegal, disputa por território, conflito entre posseiros x fazendeiros	62 - Extração ilegal de minérios, assoreamento de rios	97 - Instalação do complexo de PCH no Rio Juruena (povo Arara), desmatamento ilegal, disputa por território
28 - Desmatamento ilegal, plantio de monocultura de soja	63 - Falta de liberdade de expressão, problemas com a Polícia Federal, políticos e PM devido a protestos	98 - Instalação de PCH no rio das Mortes, invasão de TI
29 - Desmatamento ilegal, queimadas, poluição do ar	64 - Falta de regularização fundiária (conflito entre MST x Incra)	99 - Instalação da Hidrovia Araguaia – Tocantins
30 - Desmatamento, erosão, assoreamento	65 - Falta de regularização fundiária, crescente degradação ambiental, ameaças de morte	100 - Degradação de nascentes que abastecem o rio Xingu
31 - Desmatamento ilegal, queimadas, impacto da instalação do complexo hidrelétrica Juruena	66 - Falta de saneamento básico	101 - Disputa por território, conflito entre quilombolas de Mata Cavalo x fazendeiros. Falta de demarcação de território quilombola, desmatamento ilegal, queimadas.
32 - Desmatamento ilegal e invasão de matas ciliares	67 - Falta de saneamento básico	102 - Disputa por território, conflito entre retireiros x posseiros, desmatamento ilegal, queimadas
33 - Disputa por território	68 - Hidrelétrica do Manso, expulsão de comunidades ribeirinhas, assentamentos inadequados, Desestruturação social e comprometimento da reprodução de peixes	103 - Disputa por território (Presença de índios isolados Kawahiva), Desmatamento e/ou queimada, Falta de demarcação de território indígena, Invasão e dano a área protegida ou unidade de conservação
34 - Disputa por território (chiquitanos x fazendeiros x pantaneiros)	69 - Instalação da hidrovia Paraguai-Paraná	104 - Desmatamento ilegal, queimadas, Trabalho análogo às condições da escravidão
35 - Disputa por território (chiquitanos x fazendeiros)	70 - Instalação da Hidrovia Paraná - Paraguai Saneamento ambiental precário	

Figura 02: Mapa dos conflitos ambientais do Estado de Mato Grosso

Enfatizamos que é interessante manter um mapa aberto às miríades das lutas e conflitos ambientais, como se os fenômenos fossem inconclusivos. A orientação em identificar as causas dos conflitos ambientais enfrentados por esses grupos não é uma opção ao acaso e sim, uma escolha identitária. Estamos cientes que este mapa é um retrato temporário, que se transmuta na dinâmica socioambiental e que ainda muitas outras situações necessitam ser aprofundadas empiricamente. Não é um produto final no qual busca-se apontar o número de conflitos ou a taxa de conflitos, mas trata-se de um instrumento que evidencia a vulnerabilidade dos grupos sociais de MT.

Mais do que resolver os conflitos ou preservar a natureza através de intervenções, entendemos que a transformação das relações dos grupos humanos com o meio ambiente está inserida dentro do contexto da transformação da sociedade (CARVALHO, 2001). Precisamos de reflexões e atitudes que apontem para mudanças do caráter econômico tão valorizado,

numa ruptura que nos possibilite uma nova relação entre natureza e sociedade. Quem sabe possamos criar uma nova ambiência - emprestamos essa palavra de Mafessoli (1997) - uma nova maneira de nos relacionarmos e convivermos com a Terra, com a vida e entre nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de uma rica biodiversidade e uma grande diversidade de povos e culturas, MT possui uma gama de conflitos ambientais que necessitam de muita atenção. Apresentar o mapa dos conflitos deixa ainda mais evidente a omissão com os grupos sociais em condições de vulnerabilidade, expressa nas ameaças de morte relatadas, nos desmatamentos ilegais, nas queimadas, nos impactos nas águas e, essencialmente, na disputa por território. Com isto, as exclusões econômica, social, cultural e ambiental se reforçam a cada dia. Essa violenta e rápida transformação do território tem proporcionado efeitos trágicos sobre a sustentabilidade ambiental e social.

Os conflitos ambientais apresentam-se inerente às práticas sociais de uso, ocupação e significação do território. São processos de exclusão e apropriação desigual que geram embates e lutas de diferentes tipos. Diferentes formas de opressão ou de dominação geram formas de resistências, mobilização e identidades coletivas distintas, passando a estabelecer redes e alianças entre os protagonistas. Como afirma Santos (2003, p. 39) “é o reconhecimento desta diversidade que permite a emergência de novos espaços de resistência e de luta de novas práticas políticas”.

Acreditamos que educação ambiental possa ser uma forte aliada neste processo, na valorização dos diversos saberes, na promoção do diálogo e na busca constante de uma nova relação entre sociedade e natureza, impulsionada nas lutas políticas por justiça ambiental, proteção ecológica e incontestavelmente à democracia. Concordando com Carvalho (2001) que ao enfatizar a dimensão ambiental das relações sociais, a educação ambiental propõe a transformação das relações com o meio ambiente dentro de um projeto de construção de um novo *ethos* social, baseado em valores libertários e solidários.

Contudo, sabemos que há uma grande distância que necessita ser superada entre o que consideramos ‘ideal’ e a ‘realidade’ vivida. A mudança de uma sobrevivência predatória com enormes conflitos e injustiças a uma vida ética com autonomia requer transformações de

valores e atitudes. Quiçá, os resultados desse trabalho sirvam para evidenciar os processos de conflitos e de injustiças ambientais, sobretudo, que evidenciem as resistências, as sabedorias e as identidades dessa gente.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004, p.13-35.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A.. Justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-40.

AZEVEDO, A. A.; SAITO, C. H.. Arenas em disputa em torno da política florestal no estado do Mato Grosso: dos conflitos à retórica ambientalista. In: *I Seminário Nacional de Sociologia & Política*. UFPR, 2009.

BOURDIEU, P.. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. (coord.). *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRANDÃO, C. R.. Pesquisa Participante. In: FERRARO JÚNIOR, L. (org). *Encontros e Caminhos: Formação de educadores ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, 2005. p. 257-266.

CARVALHO, I. C.. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. In: *Agroecologia e Desenvolvimento rural*. Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001

FERNANDES, B. M.. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. IN: *REVISTA NERA*, ano 8, n. 6 – janeiro/junho de 2005, p. 24-34.

LEROY, J. P.. Relatório da Missão ao estado de Mato Grosso (agosto 2004). In: *Relatoria Nacional para os Direitos Humanos e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: FASE; Brasília: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, 2005.

LITTLE, P. E.. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia. Brasília: UNB, 2002.

LITTLE, P. E.. *Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico*. *Horiz. antropol.* [online]. 2006, vol.12, n.25, pp. 85-103.

LOUREIRO, C. F.. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. In: *Gestão em Ação*, Salvador, v.7, n.1, jan./abr. 2004, p. 01-16.

MAFFESOLI, M.. *A transformação do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MARTINEZ-ALIER, J.. *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

NEPSTAD, D. *et al.*. *A Floresta em Chamas: Origens, Impactos e Prevenção de Fogo na Amazônia. Brasília: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*, 1999.

NEPSTAD, D. *et al.*. Cenários de desmatamento para a Amazônia. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 10 fev. 2009.

ODUM, E.. *Ecologia*. 3.ed. México: Interamericana, 1972.

SANTOS, B. S.. (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Série: Reinventar a emancipação social para novos manifestos. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SATO, M. *et al.* Metamorfozes ambulantes. In: ZAKRZEVSKI, S.; BARCELOS, V.(Orgs.) *Educação Ambiental e Compromisso Social – Pensamentos e Ações*. Erechim: URI, 2004, p.337-351.

SATO, M.. *et al.* *I Seminário de Mobilização e Mapeamento social: Territórios e identidades de Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT, 2008. Relatório [mimeo].

SOUZA-FILHO, C. F. M.. Multiculturalismo e direitos coletivos. In: SANTOS, B. de S.(Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Série: Reinventar a emancipação social para novos manifestos. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ZHOURI, A.; ZUCARELLI, M. C.. Mapa dos conflitos ambientais no Estado de Minas Gerais - notas preliminares de uma pesquisa em andamento. In: *IV Encontro Nacional da ANPPAS*. Brasília, 2008.